



COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL
XII Legislatura – 2ª Sessão legislativa

ATA NÚMERO NOVENTA E DOIS

Em vinte e seis de fevereiro de dois mil e treze, cerca das onze horas e quinze minutos, a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL) reuniu na sala de reuniões número um do Palácio de S. Bento, com as presenças e faltas dos seguintes Senhores Deputados, conforme consta das respetivas folhas de registo:

- Efetivos

Ramos Preto (PS); António Leitão Amaro (PSD); António Prôa (PSD); Bruno Coimbra (PSD); Bruno Vitorino (PSD); Emília Santos (PSD); Fernando Marques (PSD); Jorge Paulo Oliveira (PSD); Maurício Marques (PSD); Mário Magalhães (PSD); Ângela Guerra (PSD); Eurídice Pereira (PS); José Junqueiro (PS); Miguel Coelho (PS); Mota Andrade (PS); Pedro Farmhouse (PS); Renato Sampaio (PS); Altino Bessa (CDS-PP); Maria Margarida Neto (CDS-PP); Paulo Sá (PCP); Helena Pinto (BE); Heloísa Apolónia (PEV)

- Suplentes

Idália Serrão (PS); Nuno André Figueiredo (PS); Orísia Roque (CDS-PP).

Faltas

Carlos Abreu Amorim (PSD).

Após a verificação do quórum, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado António Ramos Preto (PS), declarou aberta esta reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Audição processo de revisão da LEI DE BASES DO AMBIENTE (PPL n.º 79/XII/1ª-GOV, PJP n.º 29/XII/1ª-PEV, PJP n.º 39/XII/1ª-BE, PJP n.º 143/XII/1ª-PS e PJP n.º 154/XII/1ª-PCP) - Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território (Dr. Paulo Lemos)
- 2 - Aprovação das Atas 87, 88 e 89;
- 3 - Iniciativa Europeia:
 - COM (2012) 571 - Relator: Dep Carlos Santos Silva (PSD) - Informação.
- 4 - Iniciativas Legislativas;
 - Pareceres
 - PJP 348/XII-PCP “Revoga a Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, e suspende a atualização de renda dos diversos tipos de arrendamento, prevista na Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua versão originária, bem como a correção extraordinária das rendas previstas na Lei n.º 46/85, de 20 de setembro” - Relatora: Dep Helena Pinto (BE)
 - PPL 125/XII-GOV “Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos” - Relator: Dep Pedro Farmhouse (PS)
- Especialidade
 - PPL 122/XII-GOV “Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais”;
- 5 - Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2011 - Relatora: Dep. Margarida Neto (CDS/PP)
- 6 - Projeto de Resolução - Apreciação PJP n.º 599/XII - PS “Recomenda ao Governo que promova a regeneração ambiental do Sapal de Armação de Pera e da Ribeira de Alcantarilha”.

1 - AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (DR. PAULO LEMOS), no âmbito do processo de revisão da LEI DE BASES DO AMBIENTE (PPL n.º 79/XII/1ª-GOV, PJP n.º 29/XII/1ª-PEV, PJP n.º 39/XII/1ª-BE, PJP n.º 143/XII/1ª-PS e PJP n.º 154/XII/1ª-PCP)

Esta audição foi objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na ar@net em Serviços-DRAA- Canal Parlamento-Arquivo-Comissões-CAOTPL (20130226) e em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130226caotpl.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Senhor Presidente da Comissão começou, nomeadamente, por referir que a presente audição era a última de um conjunto feito a diversas entidades, por deliberação da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, no âmbito da apreciação das iniciativas legislativas do PEV, do BE, do PS, do PCP e do Governo para revisão da Lei de Bases do Ambiente (LBA) e tendo como objetivo a obtenção de um amplo conjunto de informações e opiniões sobre a matéria, que melhor pudessem contribuir para o respetivo processo legislativo.

Depois, o Senhor Presidente da Comissão deu a palavra ao Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, Senhor Dr. Paulo Lemos, o qual fez uma intervenção inicial na qual, em resumo, considerou a LBA de 1987 como um documento pedagógico e consensual, mas desatualizada face à evolução de conceitos e regulamentação ambientais e perspetivou a nova LBA como enquadradora e intemporal, contemplando a transversalidade e a integração, consagrando o princípio do desenvolvimento sustentável, os deveres de cidadania ambiental e instrumentos económico-financeiros verdes. Referiu-se ainda ao processo de preparação da PPL apresentada pelo Governo à Assembleia da República, sublinhando a disponibilidade para a busca de consenso na obtenção de uma nova LBA.

A seguir o Senhor Presidente da Comissão deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) (nova LBA: lei de valor reforçado e lei de base; lei enquadradora e menos regulamentadora; paralelismo com outras leis de bases), a Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD) (âmbito da nova LBA/PPL: obrigações do Estado e deveres de cidadania relativamente ao bem-comum Ambiente; princípios da informação e da participação; relatório sobre o estado do Ambiente), o Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) (audições promovidas pela CAOTPL: recolha relevante de informação; o PJP do PS e críticas à PPL do Governo por não acolher os mecanismos operativos necessários; o documento técnico do Conselho Consultivo e as opções políticas do Governo expressas na PPL; nova LBA como instrumento de política externa; disponibilidade do GP do PS para a busca de consensos para a nova LBA), a Senhora Deputada Margarida Neto (CDS-PP) (contributos diversificados no âmbito da preparação de uma nova LBA consensual; nova LBA: carta de princípios; reforma fiscal ambiental/princípios do utilizador-poluidor e do utilizador-pagador; relevância do Relatório sobre o Estado do ambiente), o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) (direito ao Ambiente consagrado na Constituição; a PPL do Governo: diminuição do papel do Estado/introdução do princípio do utilizador-pagador/introdução de instrumentos de mercado visando a mercantilização do Ambiente; posição do PCP contrária à PPL), a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) (fase final do processo legislativo de nova LBA: necessidade de busca de consenso; PPL de novas Bases do Ambiente: generalista e sucinta de mais/lacunas de temas essenciais-Alterações Climáticas/princípios materiais do Ambiente: necessidade de enumeração dos bens ambientais considerados públicos; consagração do princípio do utilizador-pagador) e a Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) (nova LBA: necessidade de ser duradoura

quanto baste em função da evolução das questões ambientais; PPL do Governo: LBA generalista, sem atender às assimetrias regionais e à coesão territorial; lacunas relevantes: questões paisagísticas/Reserva Ecológica Nacional/Relatório do Estado do Ambiente; o PJI do GP do PEV; PPL de nova LBA generalista, mas concreta nas taxas a aplicar ao utilizador-pagador/pagamento de informação ambiental).

Depois, o Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, Senhor Dr. Paulo Lemos pronunciou-se acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados, após o que o Senhor Presidente da Comissão deu esta audição por concluída, eram cerca das doze horas e trinta minutos.

2 - APROVAÇÃO DAS ATAS 87, 88 E 89

Apreciadas as atas números oitenta e sete, oitenta e oito e oitenta e nove, das reuniões da CAOTPL, realizadas, respetivamente, em doze e dezanove (10h; 17,30h) do corrente mês, foram todas aprovadas por unanimidade, estando ausente o PEV.

3 - INICIATIVA EUROPEIA COM (2012) 571 “Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre as avaliações exaustivas de risco e segurança («testes de resistência») das centrais nucleares na União Europeia e atividades correlatas”

Quanto a esta iniciativa, que havia sido distribuída ao Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), este apresentou uma Informação no sentido de que, considerando tratar-se de uma iniciativa não legislativa, que não justificava o escrutínio, a Comissão não devia emitir parecer sobre a mesma, o que foi aprovado por unanimidade.

4 - INICIATIVAS LEGISLATIVAS

- PARECERES

- PJI 348/XII-PCP “Revoga a Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, e suspende a atualização de renda dos diversos tipos de arrendamento, prevista na Lei nº 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua versão originária, bem como a correção extraordinária das rendas previstas na Lei n.º 46/85, de 20 de setembro”

A Relatora desta iniciativa, Senhora Deputada Helena Pinto (BE) apresentou o respetivo Parecer, da sua autoria.

Na sequência de intervenções do Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), do Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) e do Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP), o Senhor Presidente da Comissão submeteu este documento a votação, nos termos regimentais, com o seguinte resultado:

Considerandos - aprovados por unanimidade, estando ausente o PEV;

Conclusões - aprovadas por unanimidade, estando ausente o PEV.

- PPL 125/XII-GOV “Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos”

O Relator desta iniciativa, Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) apresentou o respetivo Parecer, da sua autoria, e, na sequência, o Senhor Presidente da Comissão submeteu este documento a votação, nos termos regimentais, com o seguinte resultado:

Considerandos - aprovados por unanimidade, estando ausente o PEV;

Conclusões - aprovadas por unanimidade, estando ausente o PEV.

- ESPECIALIDADE - PPL Nº 122/XII/2ª-GOV “Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais”

Na sequência de intervenções do Senhor Presidente da Comissão, da Senhora Deputada Helena Pinto (BE), do Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), do Senhor

Deputado Paulo Sá (PCP), do Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) e do Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP), foi deliberado, por consenso, que, na ausência de uma decisão da Conferência de Líderes, no prazo de duas semanas sobre a proposta da ANMP, entregue a SE a PAR, de criação de um Grupo de Trabalho para apreciar esta Proposta de Lei, a CAOTPL, findo esse prazo, estabilizaria um programa de ação.

5 - PARECER SOBRE A CONTA GERAL DO ESTADO DE 2011

A Relatora desta iniciativa, Senhora Deputada Margarida Neto (CDS-PP) apresentou o respetivo Parecer, da sua autoria, tendo ainda usado da palavra os Senhores Deputado Bruno Coimbra (PSD) e Deputado Paulo Sá (PCP).

Na sequência, o Senhor Presidente da Comissão submeteu este documento a votação, o qual foi aprovado por unanimidade, estando ausente o PEV.

6 - APRECIÇÃO DO PJR Nº 599/XII - PS "Recomenda ao Governo que promova a regeneração ambiental do Sapal de Armação de Pera e da Ribeira de Alcantarilha".

Este assunto ficou adiado para próxima reunião da Comissão.

- PPL Nº104/XII/2ª "Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico"

O Senhor Presidente da Comissão informou ainda que, por consenso dos Grupos Parlamentares, o prazo para apresentação de propostas de alteração à PPL nº 104/XII/2ª fora adiado para 4 de Março próximo (Segunda-feira)

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado António Ramos Preto (PS) deu por finda esta reunião, eram cerca das treze, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O Presidente da Comissão,

António Ramos Preto

JF/